

## ***O JUDICIÁRIO É PILAR DA SOBERANIA\****

---

**MILTON LUIZ PEREIRA\*\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

O Superior Tribunal de Justiça até o dia 30 de março tem distribuídos 508.954 feitos - mais de meio milhão -, e julgados 464.666 (mais 58.408 agravos regimentais e embargos de declaração), comprovando que no seu decênio não contou apenas anos, mas computou trabalho, irradiando vida institucional. O trabalho realizado louva os anos da sua existência. Abriu caminhos. Os seus Juízes, sem a aura da imunidade, pagam elevado preço: dedicação diuturna, aqui ou em casa, incluindo sábados, domingos e férias, na prestação jurisdicional, expressando as necessidades sociais, compromisso dos juízes e obrigação com o mundo atual.

Sim, a comemoração tem sede neste Tribunal, respeitado por quem o procura de coração limpo, ouvindo a afirmação de Ruy Barbosa: *não há justiça sem Deus*. No plano da metáfora, nele divisa-se a imagem de Themis, que, inicialmente, não tinha a venda d'olhos, perdendo-se no tempo quem e por que a vendaram. Contam que foram os poderosos para não serem identificados e punidos. Se verdadeiro, não cessaram de agir. Com arrogância, querem cegá-la. Outros, com a ruindade do desconhecimento, profanam o Templo como pregoeiros do descrédito do Poder Judiciário, afrontando o equilíbrio do Estado de Direito. O Poder Judiciário não é apêndice ou órgão subordinado. É um dos Poderes da República e, com o Executivo e o Legislativo, é pilar da soberania. Não integra os demais Poderes: é Poder do Estado. Aquebrantado, esmorecerão as garantias fundamentais do cidadão nas situações conflitivas com o Estado e nas relações litigiosas privadas. Desacreditada a Justiça como guardiã das liberdades públicas, sem meios para submeter o Estado à

---

\* Trechos do discurso do Ministro Milton Luiz Pereira proferido na sessão solene do STJ de 7 de abril.

\*\* Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 10/12/2002.

Constituição e às leis, sem o respeito do cidadão, prevalecerá o desafio à ordem constituída e à segurança jurídica. Somente os desavisados não compreendem que as afrontas afetam a instituição, quando são lançadas contra o Poder. A suspeição generalizada é como a labareda incontrolada, queimando o joio e o trigo. Só ficam as cinzas da dignidade e da honra atingidas. Desafio também engendrado com o conteúdo ideológico, veículo da tentativa de politizar o Judiciário, tornando o ideal da igualdade mito. É o mascaramento da dominação do sistema político sobre o Poder Judiciário. É a projeção da barbárie.

Não há exagero. Com efeito, reflete-se o retorno ao tempo medieval, revivendo o "Juízo de Deus": o suspeito ou acusado tinha as mãos queimadas. Se cicatrizadas pela intervenção da divindade, era declarado inocente; em contrário, condenado. Mais adiante, ao revés do ocidente, individualista e racional, preponderou no oriente o "coletivo e irracional", irradiando-se os "deveres para com o Estado", sem compromisso com os direitos individuais.

Não é sem razão que muitos Estados sustentaram e sustentam que, em impondo os seus interesses, não violam direitos individuais. Por isso, teme-se que as procelas que se sucedem contra a Justiça são louvores ao Estado sem Judiciário forte e servil às conveniências casuísticas. Principalmente quando a Justiça sem vendas enxerga as injustiças sociais. Os insensatos não percebem que, desacreditando o Judiciário, quando procurarem a Justiça, verificarão que o seu direito, apesar de reconhecido, não terá pretório forte para ser concretizado. São os sinais da desobediência civil, que já se fazem sentir, com o esfarinhamento da autoridade judicial. Como bumerangue, as pedras lançadas voltarão ferindo o próprio atirador, encontrando a Justiça enfraquecida, sem crédito institucional para garantir os direitos vindicados.

Em contrário, a Justiça forte é respeitada e obstáculo à dominação dos privilegiados que a negam ou a desacreditam. Abra, pois,

os olhos, Themis! E, a exemplo de Joana D'Arc, que, dizendo "ouvir vozes", inspirou o seu povo para expulsar os invasores, desperte pelos sentimentos dos Juízes, atuantes em todas as instâncias, cujas vozes ouvimos nesta Corte; faça ecoar a nossa voz, justificando que, por tudo e apesar de tudo, a instituição vive; os seus detratores passam. Os maldizentes têm a sua hora, a Justiça tem residência na eternidade.